



## UMA BREVE CARTOGRAFIA DA REGIÃO LAGOINHA: ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E DESDOBRAMENTOS SÓCIO-ESPACIAIS.

**BITENCOURT, Gabriela (1); OLIVEIRA, Susan (2); RENA, Natacha (3)**

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura da UFMG.  
R. Paraíba, 697 - Savassi, Belo Horizonte - MG, 30130-141  
[bitencourtgca@gmail.com](mailto:bitencourtgca@gmail.com)
2. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura da UFMG.  
R. Paraíba, 697 - Savassi, Belo Horizonte - MG, 30130-141  
[oliveira.susant@gmail.com](mailto:oliveira.susant@gmail.com)
3. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura da UFMG.  
R. Paraíba, 697 - Savassi, Belo Horizonte - MG, 30130-141  
[natacharena@gmail.com](mailto:natacharena@gmail.com)

### RESUMO

Este artigo traz uma breve operacionalização do Método Cartográfico Indisciplinar a partir do mapeamento das principais políticas públicas urbanas implementadas ou planejadas para a região da Lagoinha. Busca-se viabilizar as controvérsias que permeiam as estratégias de gestão territorial envolvendo a tríade Estado-Capital-Sociedade Civil, as resistências urbanas e os movimentos de (des)investimento de capital no ambiente construído. Para isso, realiza-se a identificação dos principais atores humanos e não-humanos atuantes nos agenciamentos múltiplos das reestruturações urbanas promovidas na região Lagoinha. A originalidade está tanto no método em desenvolvimento quanto na promoção do debate quanto à importância de práticas de planejamento participativo e a formulação de hipóteses quanto aos efeitos e desdobramentos da gentrificação em territórios de valor histórico-patrimonial, com localização geográfica centralmente estratégica e sob cíclicas intenções de requalificações urbanas.

**Palavras-chave:** gentrificação; cartografia; políticas urbanas; região Lagoinha.

### Abstract

*This article brings a brief operationalization of the Indisciplinary Cartographic Method based on the mapping of the main urban public policies implemented or planned for the Lagoinha region. It seeks to make possible the controversies that permeate territorial management strategies involving the triad State-Capital-Civil Society, urban resistance and movements of (un) investment of capital in the built environment. For this, the main human and non-human actors active in the multiple agencies of urban restructuring promoted in the Lagoinha region are identified. The originality is both in the method under development and in promoting the debate on the importance of participatory planning practices and the formulation of hypotheses as to the effects and consequences of gentrification in territories of historical and patrimonial value, with centrally strategic geographic location and under cyclical intentions of urban requalifications.*

**Keywords:** gentrification; cartography; urban policies; Lagoinha region.

## INTRODUÇÃO

A região da Lagoinha surge junto à cidade planejada de Belo Horizonte e carrega a notoriedade de ser uma área boêmia, o berço do samba e da resistência. Ao mesmo tempo, a região revela um território de histórica negligência e práticas segregativas por parte do poder público. Ao longo de sua formação, surge a relação dicotômica entre zona urbana e zona suburbana, ao passo que as ocupações informais extrapolam os limites de densidade populacional e se multiplicam para fora da Av. do Contorno, demonstrando que os planos urbanísticos de viés modernista não deram conta de abarcar o crescimento urbano espontâneo e principalmente o fomento à moradia para as classes populares.

A região que antes era tida como a parte de “fora” da cidade e de pouco interesse aos planos urbanos formais, logo, se torna especialmente inconveniente para os propósitos rodoviários e interesses do mercado imobiliário com vista à implementação do Conjunto Arquitetônico da Pampulha e ao adensamento dos empreendimentos urbanos já existentes. Diante disso, pode-se dizer que o processo de degradação na região da Lagoinha se inicia quando seu tecido urbano passa a ser acometido por implosões, desapropriações e intervenções viárias, implementadas com o propósito de expandir o Vetor Norte. A partir disso, a Lagoinha é dividida ao meio pela Av. Antônio Carlos, perde seus referenciais simbólico-materiais e aos poucos, sua dinâmica cotidiana é alterada. Assim, nota-se que emergem em certos discursos, a nostalgia pela vivacidade do passado boêmio e o desejo por um futuro renovado, a partir das revitalizações urbanas que possam solucionar o desafio instaurado pelo estado de abandono e degradação da paisagem da Lagoinha.

Atualmente, a Lagoinha é atravessada por dinâmicas territoriais de altos índices de cenas de uso de drogas e apropriações do espaço público pela população de rua. Nesta condição, a partir de 2017, a área se torna prioridade nas pautas do poder público<sup>1</sup>, passando a ser atendida por uma série de políticas públicas associadas às intervenções urbanas que entrelaçam parcerias entre Estado, Capital (setor privado)

---

<sup>1</sup>Para entender o processo de priorização da região Lagoinha a partir da Agenda Intersetorial criada pela Prefeitura de Belo Horizonte, ler a entrevista realizada pelo Grupo Indisciplinar com a secretária municipal de Assistência Social, Cidadania e Segurança Alimentar (SMASAC, Maíra Colares). Disponível em: < <https://wiki.indisciplinar.com/download/009.pdf>>. Acesso 19 de maio de 2021.

e sociedade civil (moradores, lideranças comunitárias, movimentos urbanos e culturais, além de organizações do terceiro setor econômico).

Considerando que o discurso em prol da revitalização urbana pode (para além dos genuínos benefícios espaciais e infraestruturais) camuflar aspectos perversos vinculados à gentrificação<sup>2</sup> (CASTRIOTA, 2017), trazemos especial atenção para o possível impacto deste fenômeno nos territórios populares<sup>3</sup> do bairro Lagoinha, Vila Senhor dos Passos (VSP) e Favela Pedreira Prado Lopes (PPL), por serem espaços que manifestam (1) valores patrimoniais materiais e imateriais; (2) histórica relação com projetos de reestruturação urbana; e (3) experiências piloto de planejamento e intervenções urbanas participativas realizadas ineditamente na cidade de Belo Horizonte (Programa Alvorada; Projeto Lagoinha e Programa Vila Viva - PVV).

Desta forma, o recorte do objeto de pesquisa se detém aos territórios citados, tendo em vista a sobreposição das manchas associadas às antigas e atuais iniciativas de Grandes Projetos Urbanos (GPUs) em desdobramento nesta área que é centralmente estratégica à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Desta forma, destaca-se nos mapas abaixo: o antigo plano da Operação Urbana Consorciada - Antônio Carlos Leste/Oeste (OUC-ACLO), que conta com o programa de requalificação urbana para o Setor 01: Corredor Cultural Lagoinha e Bonfim (PBH, 2015) (Figura 01); e Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha: Propostas Preliminares, que prevê a implantação de um Parque de Integração da Lagoinha, estação de BRT Lagoinha, além da realização e adequação dos planos/projetos referentes às antigas demandas da VSP e PPL (PBH, 2021) (Figura 01).

A presente investigação parte dos resultados da dissertação de mestrado<sup>4</sup> da pesquisadora em questão, na busca pela decodificação dos pontos de controvérsias que se enredam no território da Lagoinha via o Método Cartográfico Indisciplinar (LOPES; RENA; SÁ, 2019).

---

<sup>2</sup>O termo gentrificação deriva do inglês *gentry* e remete aos indivíduos de origem nobre, sendo utilizado inicialmente por Ruth Glass, no livro *London: Aspects of Change* (1964). A socióloga britânica pesquisou a mudança dos estratos sociais em Londres (região de Islington), abordando a transferência das classes médias e altas para zonas populares e o impacto dessa dinâmica para a expulsão dos habitantes locais (classes operárias) e o enobrecimento da vida urbana em zonas anteriormente desvalorizadas.

<sup>3</sup>Territórios Populares é uma pesquisa é coordenada pelo LabCidade da FAU-USP e está sendo realizada por meio de uma rede formada por grupos de diversas partes do Brasil, entre eles o INDISCIPLINAR. Disponível em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>>. Acesso em 13 de maio de 2021.

<sup>4</sup>A dissertação pode ser acessada na Wiki do Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Disponível em: <<https://files.indlab.net/producaoind/dissertacoes/Cartografia%20das%20Controv%20c3%a9rsias%20na%20regi%20c3%a3o%20Lagoinha.PDF>>. Acesso em 13 de maio de 2021.

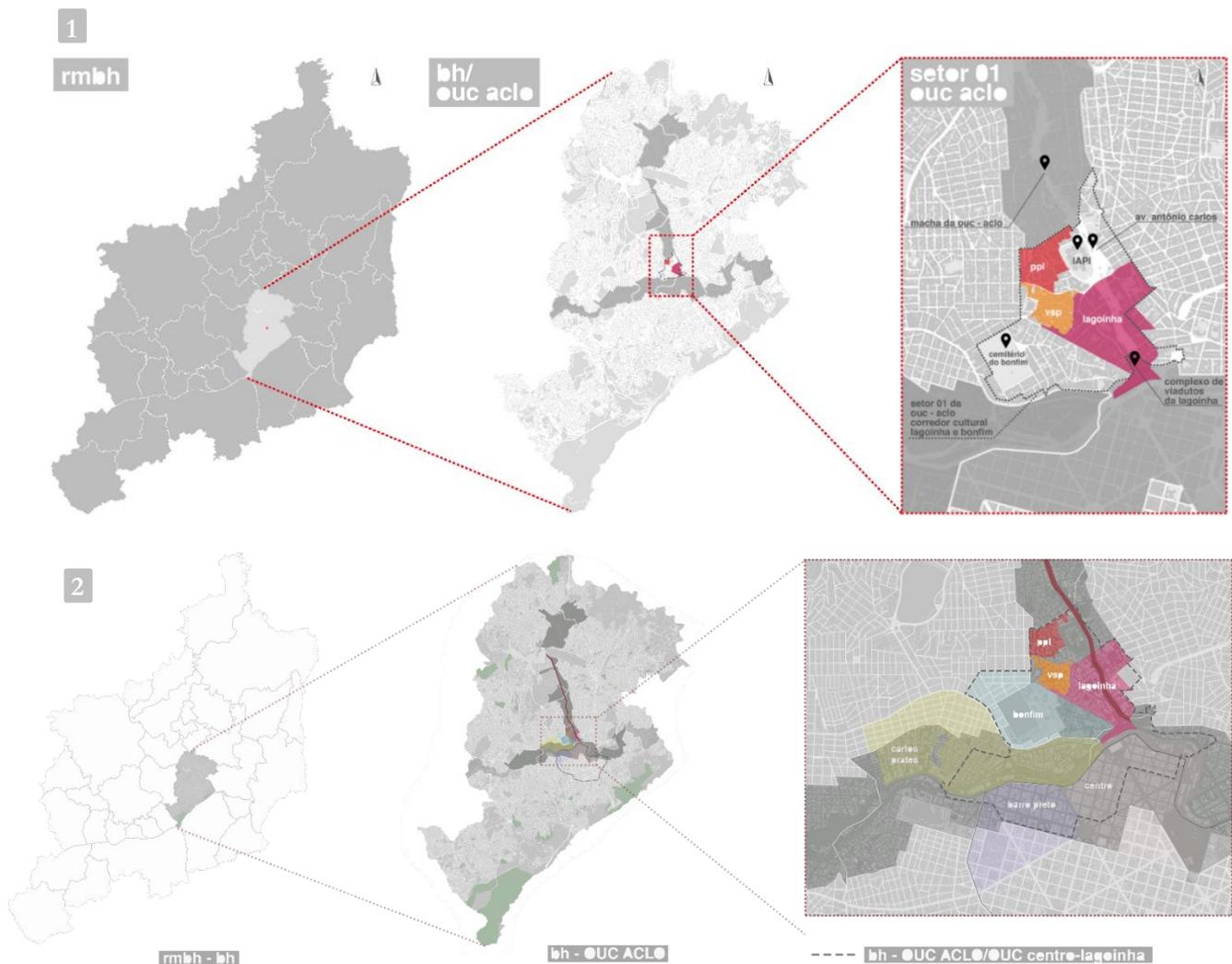


Figura 01 - O primeiro esquema traz o recorte territorial para o bairro Lagoinha, VSP e Favela PPL sob a mancha da OUC-ACLO com destaque para o Setor 01: Corredor Cultural Lagoinha e Bonfim. O segundo esquema traz o recorte territorial para o bairro Lagoinha, VSP e Favela PPL, situados na região da Lagoinha sob a mancha da OUC Centro-Lagoinha com destaque para todos os bairros atingidos pela mancha de intervenção. Fonte: BITENCOURT, 2021.

Outros resultados explorados também provêm das produções do GE-Lagoinha<sup>5</sup>, cujo objetivo é refletir sobre o planejamento urbano contemporâneo e os desdobramentos sociais-espaciais na região da Lagoinha, tendo em vista os aspectos: históricos, sociais e político-urbanísticos em perspectiva transescalar. A pesquisa conta com a elaboração de diagramas das controvérsias, sejam elas disparadas pelo planejamento urbano estratégico - GPUs e das OUCs, ou pelas dinâmicas sociopolíticas locais, de forma que a cartografia almeja operar como um dispositivo

<sup>5</sup>O GE-região da Lagoinha está vinculado ao Programa IND.LAB e ao Projeto de Extensão Plataforma de Urbanismo Biopolítico, coordenados pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natacha Rena. Disponível em: <<https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=INDlab>> e <<http://pub.indisciplinar.com/>>. Acesso em 13 de maio de 2021.

tecnopolítico<sup>6</sup> a fim de reconstruir as múltiplas camadas que agregam eventos, discursos, ações e atores (humanos e não-humanos).

## **REGIÃO DA LAGOINHA: UM TERRITÓRIO COM *NOVAS FRONTEIRAS URBANAS?***

Admitindo que o processo cartográfico apresenta o aspecto relacional como princípio básico, as regulamentações territoriais e os limites administrativos funcionam como mais um platô (DELEUZE; GUATTARI, 1995) constituidor das múltiplas camadas desse território. Desta forma, as delimitações geográficas das fronteiras e o reconhecimento dos espaços se tornam um ponto de constante instabilidade evidenciada pelos momentos históricos e arranjos dos atores humanos e não-humanos atuantes nas linhas de forças. Assim, a complexidade histórica, os grupos sociais e os jogos de poder conformam demais platôs das dinâmicas cartografadas, sendo especialmente, através da linha do tempo genealógica da região da Lagoinha, que podemos constatar que os movimentos de ocupação, invasão, apropriação, remoção, expulsão, desapropriação deslocamento e permanência configuram narrativas e eventos definidores do caráter social, da morfologia urbana local e compõem a história e os traçados urbanos, tanto oficiais, quanto não oficiais.

No intuito de enfatizar o aspecto relacional das fronteiras nesse território, vale lembrar que a VSP ainda pode ser reconhecida por moradores locais da região Lagoinha, como Buraco Quente; que de fato, Lagoinha pode ser sinônimo de bairro ou região; e que a PPL já ocupou um dia, o espaço onde foi construído o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

A favela [Pedreira Prado Lopes] era lá onde é o conjunto [IAPI] hoje, aí os trabalhadores que vieram do interior ficavam lá na favela e subiam para a pedreira para extrair as pedras, pra encher os caminhões e construir a Avenida do Contorno...que era o entorno, a cidade. Aí quando minha mãe vem pra cá, eles já tinham colocado fogo lá na favelinha do IAPI (...)O IAPI foi construído para os trabalhadores que vieram construir a cidade, o primeiro projeto seria esse, mas aí virou para os funcionários públicos, mais os engenheiros e as pessoas de maior poder aquisitivo (...) Então quando você passa, você vê um muro enorme, esse muro deve ter uns 20 anos e ele foi construído exatamente

---

<sup>6</sup>O Grupo de Pesquisa Indisciplinar concebe como dispositivos, o uso estratégico de ferramentas digitais que buscam por meio da comunicação coletiva, associar através das redes e territórios uma transformação conjunta em um cenário político-social. Os dispositivos tecnopolíticos se materializam forma de cartografias digitais; plataformas de narrativas cartográficas; páginas em redes sociais; *wikis*; topologias de redes de atores; mapas; gráficos; diagramas; cartilhas; linhas do tempo; artigos científicos; eventos acadêmicos e participação junto à sociedade civil (audiências públicas) e qualquer outra forma de produção e divulgação de informações que possam disputar tecnicamente os campos das lutas urbanas (LOPES; RENA; SÁ, 2019).

para excluir e tampar o que para eles é feio, o que pra eles é lixo (Depoimento de Valéria Borges ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019).<sup>7</sup>

Nesse aspecto, a realidade das fronteiras é uma representação da estratificação de classes. Logo, a questão da desigualdade social e o estigma racial projetados nos territórios da Lagoinha revelam processos segregativos, práticas higienistas e a criação das *novas fronteiras urbanas* (SMITH, 1996), se considerarmos que os processos de deslocamento no território belo-horizontino poderiam ser vislumbrados sob o viés conceitual da gentrificação como uma nova forma de colonização do espaço urbano (ATKINSON; BRIDGE, 2005).

Belo Horizonte é um lugar negro, mas os negros na construção da cidade já começam a serem expulsos (...). A gente tem um exemplo emblemático, que eu gosto muito, que é uma mulher negra, a Maria Papuda. (...) Maria Papuda então era uma moradora daquela região onde foi construída a praça da Liberdade e sua casa foi removida para ser instalado o palácio. Dizem que na época ela lançou a maldição (...) E aconteceu isso de fato, então a representam no museu como uma assombração, uma espécie de monstro, uma coisa muito negativa, e ela era chamada de Maria Papuda de forma pejorativa, porque ela tinha um problema no bócio. Eu acho esse exemplo muito emblemático, de como é tratada a população negra, desde a fundação de BH, que é uma invasão. Aí a gente tem que analisar a palavra invasão, porque em alguns discursos do urbanismo se fala que a favela veio e invadiu terra pública. Na verdade (...) quem invade a cidade são essas tecnologias de construção do ordenamento territorial. É isso que invade a cidade. (...) o plano vem e invade com esse ordenamento territorial e começa a buscar isso sem parar (Depoimento de Lisandra Silva em entrevista ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar, 2019, p. 49).

Isto posto, a hipótese teórica aqui trabalhada parte de uma ampla interpretação quanto aos processos e desdobramentos da gentrificação, com foco na intensidade dos deslocamentos de populações em maior situação de vulnerabilidade social no território belo-horizontino. Isto é, adota-se o conceito de gentrificação, especialmente na região da Lagoinha, mas tendo em vista o caráter segregativo que acometeu a construção da cidade planejada, a partir do evento da destruição e dos deslocamentos realizados no Curral Del Rei (SILVA; PEREIRA, 2018).

Tendo em vista que a cartografia se pauta no enredamento espaço-temporal e no caráter narrativo relativo e não totalitário, a escolha dos eventos foi caracterizada por um específico recorte investigativo, o qual, buscou agrupar acontecimentos referentes à formulação de políticas urbanas em associação ao planejamento e

---

<sup>7</sup>"Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da PPL" concedido em à Pesquisa Territórios Populares (Indisciplinar-UFGM). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAneMI&t=69s>>. Acesso 19 de maio de 2021.

execução de reestruturações no espaço urbano e intervenções sócio-espaciais. Outro delineamento importante foi o vínculo com os fenômenos de deslocamento de camadas populares ou processo de filtragem social (MENDES, 2014), ou seja na substituição, recomposição ou expulsão de população de baixa renda, cedendo lugar à territorialização de grupos de renda superior, os chamados *yuppies* ou novos colonizadores ou ainda, pioneiros do espaço urbano<sup>8</sup>.

Ademais, a explosão do conceito de gentrificação se faz pertinente devido à complexidade dos seus efeitos no sul global, e especificamente nos países da América Latina que passaram por processos de colonização, como o Brasil. Pois, é certo que tal contexto refletiu em certos aspectos do planejamento urbano modernista e até hoje repercute em condutas de segregação, criminalização e hostilidade, promovidas por vezes, pelo próprio Estado (JANOSCHKA et al., 2014).

Ao expandir a cartografia para tal escala, buscamos enredar outras linhas de força semelhantes quanto ao caráter de expulsão, deslocamento, remoção e desapropriação, tecendo uma lógica cartográfica que irá rastrear movimentos de deslocamento tanto dos já citados moradores do Curral Del Rei, quanto de moradores de vilas e favelas, operários, trabalhadores da cidade planejada e atuais grupos: camadas populares locais, população de rua, usuários de drogas, prostitutas e etc.

Desta forma, é válido pontuar que a gentrificação no mundo contemporâneo deixou de ser um acontecimento esporádico e pontual, para se tornar uma verdadeira estratégia global (SMITH, 1996) atrelada à injeção de capital corporativo aos processos de reestruturação urbana nas metrópoles que demonstram ser mais desiguais, o quanto mais urbanizadas. Nesse aspecto, a gentrificação se alimenta de tal realidade, revelando a disputa de classes no espaço urbano, o consequente vínculo com a governança neoliberal, além da ascensão da lógica do empresariamento urbano (HARVEY, 1996) e da cidade-mercado (VAINER, 2000).

Por fim, deve-se ressaltar que em um contexto mais amplo, as reformas neoliberais ocorridas a partir do Consenso de Washington (1989) contribuíram mundialmente para drásticas mudanças nos modos de pensar, entender e atuar das instituições e

---

<sup>8</sup>Em uma clássica leitura do processo de gentrificação, os *yuppies* são os primeiros novos habitantes, geralmente provenientes do meio artístico e da classe criativa de poder aquisitivo médio. Este novo grupo passa a modificar a dinâmica territorial de forma sutil e na maioria das vezes, vinculada ao aspecto cultural, contribuindo, portanto, com a primeira onda da gentrificação (SMITH, 1996).

ideologias dominantes sob uma nova razão (DARDOT, LAVAL, 2016). Dito isso, as formas de intervenção no espaço urbano não escapam às lógicas hegemônicas, mas têm sido moldadas pelas crises do capital que buscam fôlego via desenvolvimento geográfico desigual e nos processos de (des)investimento no ambiente construído mediante discursos de reconfiguração da paisagem urbana.

## **MÉTODO CARTOGRÁFICO INDISCIPLINAR**

O método cartográfico desenvolvido e aplicado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar traz aporte teórico da abordagem de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) quanto ao conceito de cartografia, visando a múltipla conexão de elementos que aparentemente não teriam uma ligação evidente. Uma vez que o “mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21), há uma possibilidade de expandir a produção cartográfica para além da geografia, acessando um território que é relacional, subjetivo e construído coletivamente pelas diversas polifonias trazidas, dentro de uma perspectiva genealógica.

Ao abordar a questão da não-neutralidade da pesquisa, entende-se que o rigor metodológico deve partir, portanto, do comprometimento com o interesse pela co-pesquisa e pelo desenvolvimento de uma investigação “inteiramente voltada para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21). Isso quer dizer que o pesquisador deve se posicionar desde o princípio como ator imbricado aos jogos de forças nas disputas territoriais, atuando nos pontos cegos das lutas urbanas, tanto na esfera micro, quanto na esfera macro, que envolve o poder público, atores do setor privado e sociedade civil.

Outro aporte teórico refletido no Método Cartografia Indisciplinar ou Cartografia das Controvérsias é a Teoria-Ator-Rede (TAR), na qual, Bruno Latour (2012) se utiliza de algumas “incertezas” para analisar as controvérsias que permeiam o múltiplo universo da esfera social. As teorias de Bruno Latour conversam com a metodologia aplicada pois, são fiéis ao relativismo e à concepção do espaço como uma topologia plana, uma estrutura onde se admite que noções de escala, sujeitos (atores-humanos) e objetos (atores não-humanos) operem livremente por meio de suas

conexões não-fixas, associando-se entre si e entre às diferentes temporalidades e lugares.

Por meio da TAR, tempo e espaço são interpretados como estruturas relacionais e em permanente processo de formação e associação, pois, dentro da rede, as dinâmicas são móveis, híbridas e associativas. Ora se fazem, ora se desfazem, permitindo ser atravessadas por linhas de força que estão além da definição da escala da ação. Portanto, as incertezas, adaptadas com base em Latour (2012), operam como diretrizes para a constituição da estrutura da linha do tempo cartográfica, sendo elas: 1) não há grupos, apenas formação de grupos; 2) a ação é assumida; 3) os objetos também agem; 4) escrever relatos de risco; e 5) questão de fato *versus* questão de interesse (LOPES; RENA; SÁ, 2019).



Figura 02 - Esquema metodológico quanto à estrutura da cartografia com destaque para seus principais elementos de investigação e nuvens de palavras relativas aos principais dados coletados. Fonte: BITENCOURT, 2021.

## **BREVE CARTOGRAFIA DA REGIÃO DA LAGOINHA: ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E DESDOBRAMENTOS SOCIO-ESPACIAIS**

A primeira cidade planejada brasileira foi a capital de Minas Gerais e seu surgimento foi pautado por decisões político-econômicas e pela influência da ideologia modernista sustentada nos ideais da racionalidade, ordem social, progresso e práticas higienistas importadas de contextos internacionais. Assim, a urgência pelo desenvolvimento mineiro sob o lema da modernização implicou na completa varredura do Curral Del Rei ao longo do planejamento de Belo Horizonte (1895-1897) realizado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), chefiada pelo engenheiro Aarão Reis. Portanto, a inauguração de Belo Horizonte acarretou no desaparecimento do antigo arraial, na destruição de cafuas e provocou remoções forçadas da população que em sua maioria era composta por trabalhadores negros e de baixa-renda<sup>9</sup>.

Posteriormente, em conveniência aos propósitos do poder público, se estabelece uma dinâmica de ocupação de solos urbanos desvalorizados (zona suburbana) pela população já residente ou recém-chegada com intenção de trabalhar na construção da cidade. Enquanto os proprietários de terras de Ouro Preto e outras classes mais abastadas habitam prioritariamente a zona urbana. Em suma, o crescimento da cidade se dá no sentido inverso, revelando um anti-plano a partir da expansão descontrolada nas bordas periféricas ausentes de infraestrutura e o esvaziamento populacional na zona urbana fornecida por infraestrutura (GUIMARÃES, 1992; VILLAÇA, 1998).

Em 1927, o decreto nº 19 de 1927 regulamenta desapropriações de moradias com a finalidade de realizar a abertura da Av. Antônio Carlos, efetivada em 1940. Tal reestruturação urbana se deu sob pretextos higienistas, rodoviaristas, e trazia uma visão valorativa ao teor especulativo que a intervenção viria a despertar no solo urbano adjacente à avenida. Outro pretexto também citado para justificar a abertura da Av. Antônio Carlos, foi inauguração do Conjunto Arquitetônico da Pampulha em 1942. No entanto, é a abertura da Av. Antônio Carlos que praticamente deflagrou o

---

<sup>9</sup>Lisandra Silva e Josemeire Pereira (2018) demonstram a partir do cruzamento de dados demográficos condicionados às categorias: cor, sexo e condição social; que as primeiras populações a habitarem o Curral Del Rei eram compostas majoritariamente por pessoas pretas escravizados e mulatos livres. Ademais, as pesquisadoras também demonstram a diminuição dessa população por meio da construção da capital, um dado que aponta para o aprofundamento da segregação espacial justificada pela questão racial e social e para um processo de gentrificação como fruto dos deslocamentos forçados.

aumento significativo na ocupação das áreas de vilas e favelas na região da Lagoinha (URBEL, 2000), despertando, por conseguinte, remoções e programas de reurbanização.

Em 1944, as obras para a construção do projeto IAPI são iniciadas às margens da única via de acesso, a Av. Antônio Carlos e sob o tecido urbano da já constituída favela PPL. O contrato estabeleceu que a Prefeitura “doaria” um terreno de sua propriedade com aproximadamente 70.000m<sup>2</sup>. O local abrigava cerca de 3.000 moradores da PPL, da Lagoinha e do São Cristóvão, que se caracterizavam por operários, mendigos e imigrantes (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2009). Assim, as camadas populares foram obrigadas a ceder espaço para um desenvolvimento urbano que não se destinou à melhoria na qualidade de suas vidas. A controvérsia se revela no fato de que o decreto de nº 75 de 24 de outubro 1940 buscou solução para a questão do déficit habitacional popular por meio da construção do IAPI, mas, as 928 unidades construídas abrigaram novos moradores, constituídos em sua maioria, por funcionários da Prefeitura e associados do IAPI, ao passo que os antigos moradores de classe inferiores foram deslocados e receberam indenizações irrisórias.

Por volta de 1970, quando a expansão urbana da cidade se acentua a nível metropolitano, a região da Lagoinha passa por grandes reestruturações urbanas. Logo, a região antes tida como “centro” cultural e econômico popular secundário à cidade de Belo Horizonte, tem sua malha territorial descaracterizada em função de obras viárias que acentuam o processo de degradação urbana. Desta forma a alteração da dinâmica interna da Lagoinha é sacrificada em prol dos deslocamentos do eixo sul-norte da cidade, contribuindo com a expansão do Vetor Norte.

A partir da década de 1990, há um aprofundamento dos canais democráticos na cidade de Belo Horizonte, quando a política pública do Orçamento Participativo (OP) é implementada na gestão de Patrus Ananias (PT). Pode-se dizer que os projetos urbanos na região Lagoinha atravessados pela lógica participativa foram: Programa Alvorada na VSP (1994); Projeto de Reabilitação Integrada na Lagoinha (1995) e PVV na PPL (1998). Em geral, os três demonstram caráter democrático-participativo ao incluir as demandas e as percepções dos moradores locais na elaboração do plano e das intervenções urbanas.

No entanto, o Programa Alvorada inaugurou a implementação do diagnóstico urbanístico definido por meio da percepção local e se propôs a promover melhorias globais e infraestruturais em áreas de vilas e favelas, como futuramente seria regulamento pelo instrumento urbanístico Plano Global Específico (PGE).

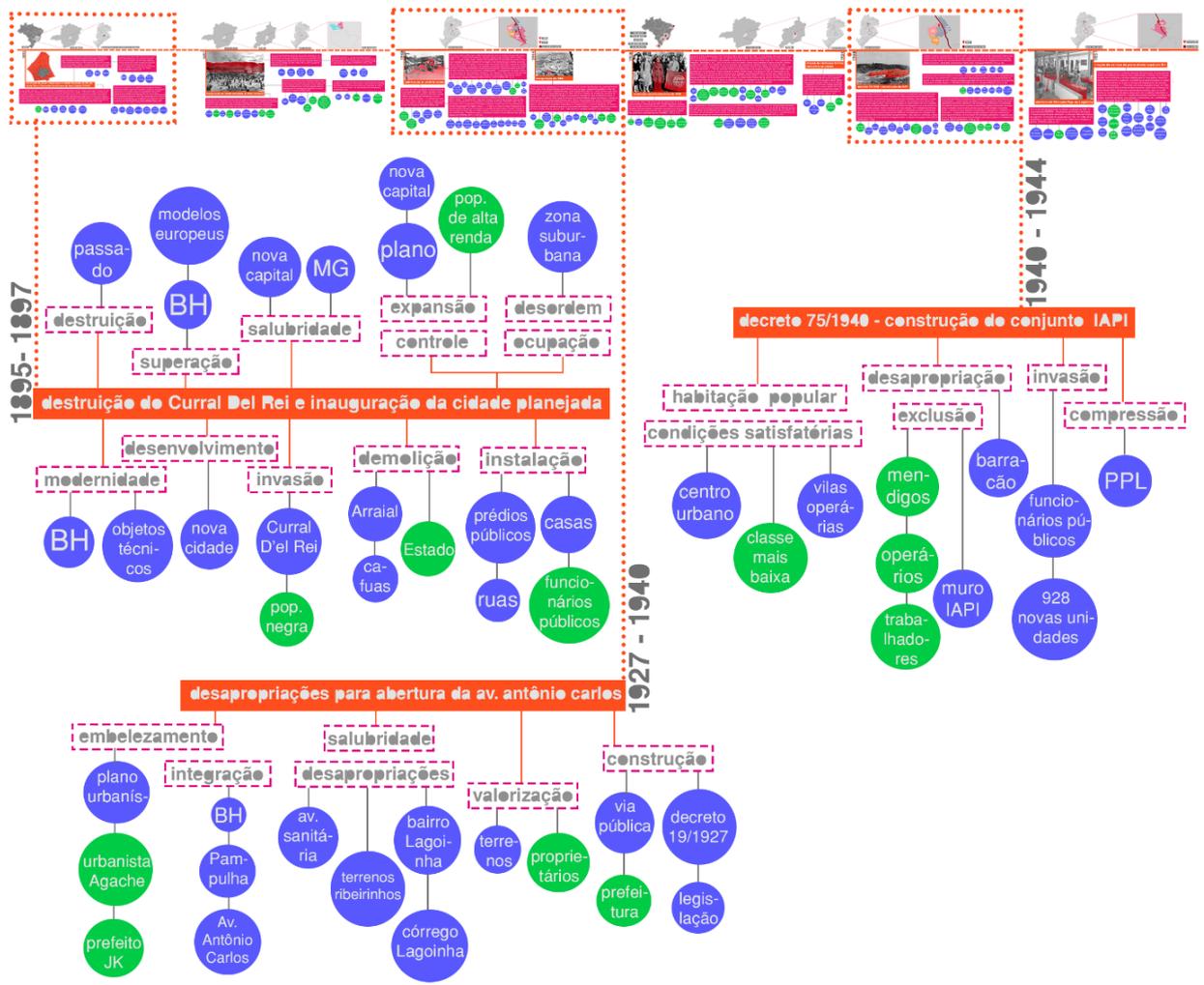


Figura 03 - Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha em recorte temporal para os eventos: (1) destruição do Curral Del Rei e inauguração de Belo Horizonte (1895-1897); (2) desapropriações para abertura da Av. Antônio Carlos (1927-1940) e (3) construção do conjunto habitacional IAPI (1940-1944)  
 Fonte: BITENCOURT, 202.

Ademais, o PVV foi desenhado via PGE, mas conquistado graças à mobilização popular da PPL nas plenárias, audiências e caravanas do OP.

Dentre as principais controvérsias, destacam-se: apesar do sucesso inicial, o Projeto Lagoinha não foi completamente executado devido à mudança na gestão política do município, o que acarretou no retorno ao processo de degradação do bairro; o Projeto Alvorada foi pouco efetivo devido à rigidez técnica, a linearidade na implementação do projeto e escassez de recursos (CONTI, 2004). E até hoje, o PGE da PPL não foi completamente executado, havendo um intervalo considerável de tempo e mudanças no tecido urbano e social que desafiam sua concretização final.

Em 2013, o anúncio da OUC Nova-BH, confirma o aprofundamento ao empresariamento urbano e à lógica neoliberal via flexibilização dos parâmetros urbanísticos para renovação e adensamento urbano, até mesmo em Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs), como a Lagoinha. A OUC Nova-BH também apresentou inconstitucionalidades em seu processo democrático, precisando ser revista através do novo planejamento da OUC-ACLO. Nessa temporalidade, trazemos destaque para o concurso de projetos para a construção do Centro Administrativo Municipal no bairro da Lagoinha, que implicaria em uma massiva desapropriação de antigos moradores e extinguiria dois quarteirões com lotes de usos variados no bairro. Apesar do intento, o projeto foi barrado por forte rede de mobilização popular, reafirmando a força da resistência dos moradores junto à grupos acadêmicos e movimentos locais organizados.

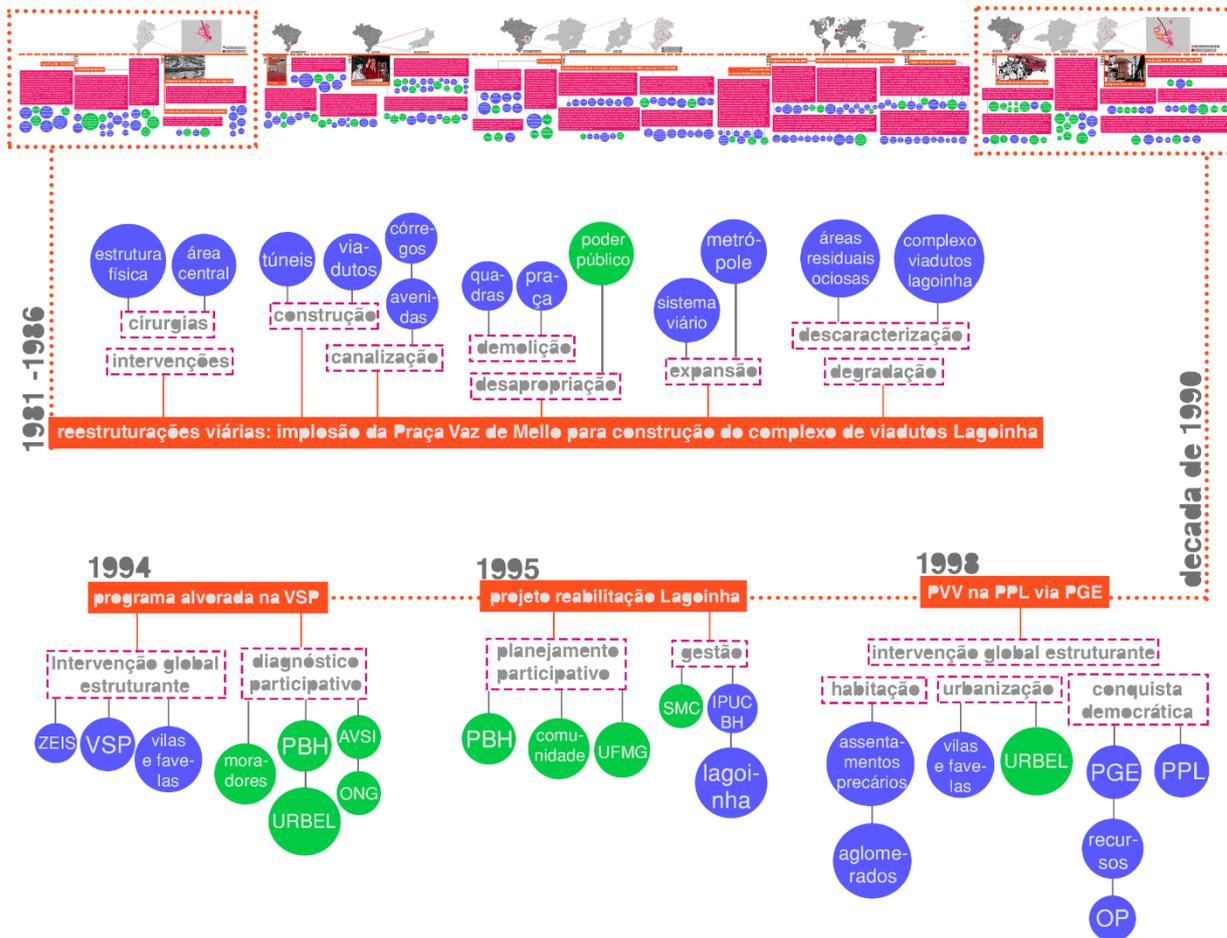


Figura 04 - Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha em recorte temporal para os eventos: (4) reestruturações urbanas de caráter rodoviarista (1981-1986); (5) planejamento e projetos de intervenção de caráter participativo: (a) Programa Alvorada na VSP (1944); (b) Projeto de Reabilitação integrada na Lagoinha (1995); Programa Vila Viva na PPL (1998). Fonte: BITENCOURT, 2021.

Em 2014, novamente, a Av. Antônio Carlos é marcada por intervenções, desta vez a duplicação se faz necessária com vista à implementação do sistema de BRT /MOVE. O acontecimento da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) motivaram, em parte, o avanço dessa obra, o que evidencia o papel do megaevento na alteração urbana de Belo Horizonte. Em contraponto aos discursos do poder público quanto ao custo/benefício da obra e suas vantagens na mobilidade urbana, a implementação do BRT revelou ser mais cara do que o usual, agravou o processo de estagnação econômica ao longo do corredor viário da Antônio Carlos, potencializou o isolamento dos bairros limítrofes, gerou inúmeras desapropriações de moradias, cujas indenizações apresentaram valores reduzidos, além de ter criado espaços residuais ociosos (FREITAS; OLIVEIRA, 2014).

Em 2015, a adoção das medidas corretivas na formulação participativa dos planos da OUC-ACLO revela que havendo respeito aos critérios processuais e democráticos, o instrumento da OUC tem capacidade de promover maior redistribuição de renda e benesses para áreas de maior vulnerabilidade social. Destacando-se, principalmente: (i) inclusão de territórios periféricos e com maiores índices de pobreza para aplicação de recursos excedentes da OUC; (ii) revisão dos parâmetros da OUC em dependência da aprovação do novo Plano Diretor; (iii) estabelecimento da implementação da OUC em etapas; (iv) aprimoramento do Plano de Atendimento Econômico Social; (v) realização do leilão dos CEPACs em etapas; (vi) definição de grupo de gestor geral e local; (vii) a previsão de construção de habitação de interesse social (HIS) com recursos da OUC, destinando, no mínimo, 70% do empreendimento para atendimento de população baixa-renda (PINHEIRO; ALVES; CASTRO; RENA, 2017).

Apesar do avanço nas diretrizes, os atuais desdobramentos aparentam o engavetamento da proposta global da OUC-ACLO, uma vez nenhum dos seus programas OUC-ACLO foi executado e pelo fato de que desde 2020, a PBH vem anunciando estudos e planos para realização da OUC-Centro Lagoinha por meio de audiências públicas e pesquisas de opinião pública.

Na esteira desses acontecimentos, a gestão do prefeito Alexandre Kalil (PSD) (2017-2020/2021-2024) que já está em seu segundo mandato, revela um esforço em ações direcionadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente no atendimento à população em situação de rua e usuários de drogas.

Assim, a PBH vem combatendo as cenas de uso públicas na região Lagoinha por meio da política de redução de danos em associação à heterogêneas estratégias de melhoria sócio-espaciais. Dentre elas: a iniciativa de arte e embelezamento urbana (Movimento Gentileza Lagoinha e Festival CURA Lagoinha), a valorização cultural (Projeto Moradores da Lagoinha), o empreendedorismo local associado à formação de um *cluster* de inovação (Programa Horizontes Criativos) e políticas de saúde e redução de danos a partir da abertura do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), implementação do Programa de esporte e lazer “BH é da gente” na PPL e programa “Estamos Juntos” que visa a qualificação profissional e a oportunidade de emprego para essa população de rua e usuários de drogas).

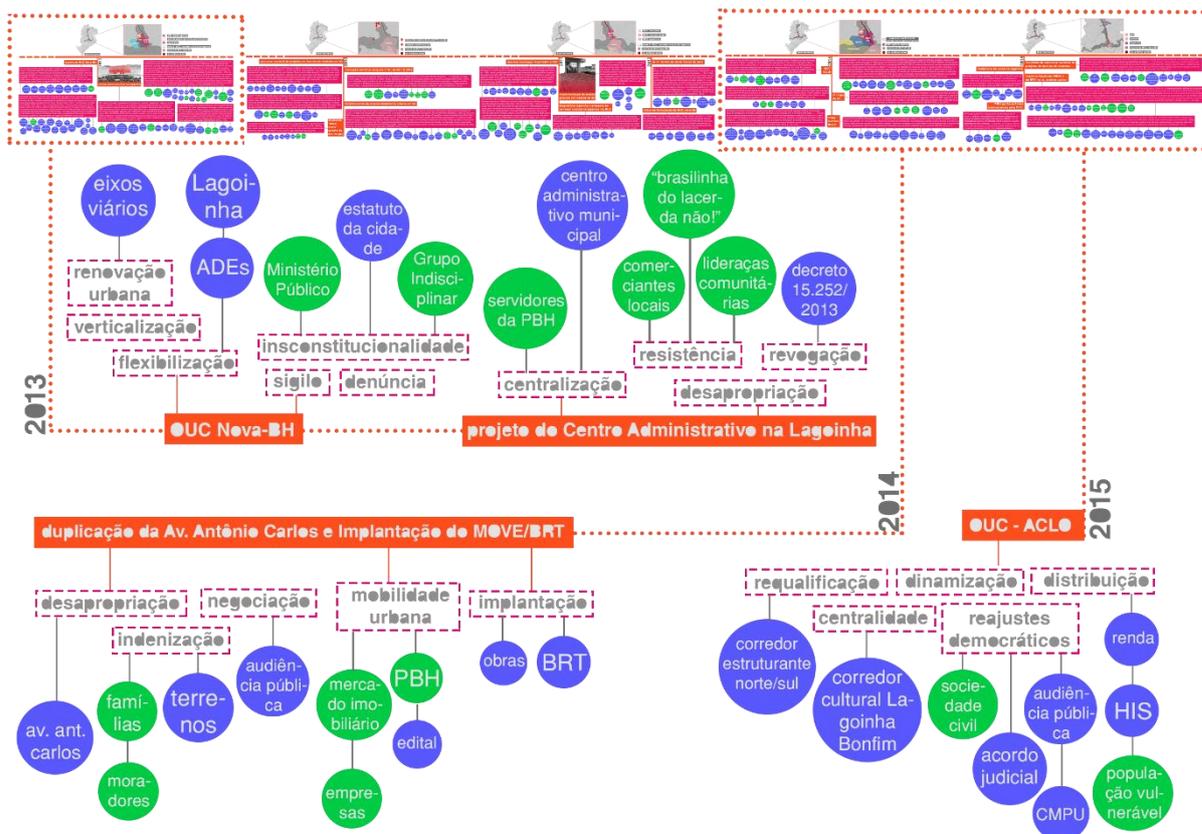


Figura 05 - Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha em recorte temporal para os eventos: (6) OUC Nova-BH e lançamento do concurso para o projeto do Centro Administrativo Municipal na Lagoinha (2013); (7) duplicação da av. Antônio Carlos e implantação do sistema MOVE/BRT (2004-2014) e (8) OUC-ACLO (2015). Fonte: BITENCOURT, 2021.

Em controvérsia à articulação integrada das secretarias municipais a favor da defesa dos direitos humanos via agenda intersetorial, foi cartografado no ano de 2019, uma intervenção de viés hostil executada pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) a partir da implantação de pedras nos baixios dos viadutos da Lagoinha. A ação utilizou como pretexto as obras de urbanização, paisagismo e iluminação no Boulevard Arrudas. No entanto, ressaltamos que a escolha desse tipo específico de tratamento urbanístico revela uma tentativa de afastar e impedir ocupação nas áreas dos baixios no Complexo da Lagoinha pelos grupos marginalizados (moradores de rua e usuários de drogas). Tal episódio não passou despercebido pela crítica pública e foi alvo de protestos realizados em frente às portas da sede da prefeitura municipal por parte de movimentos sociais, culminando,

por fim, em uma audiência pública<sup>10</sup> via Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

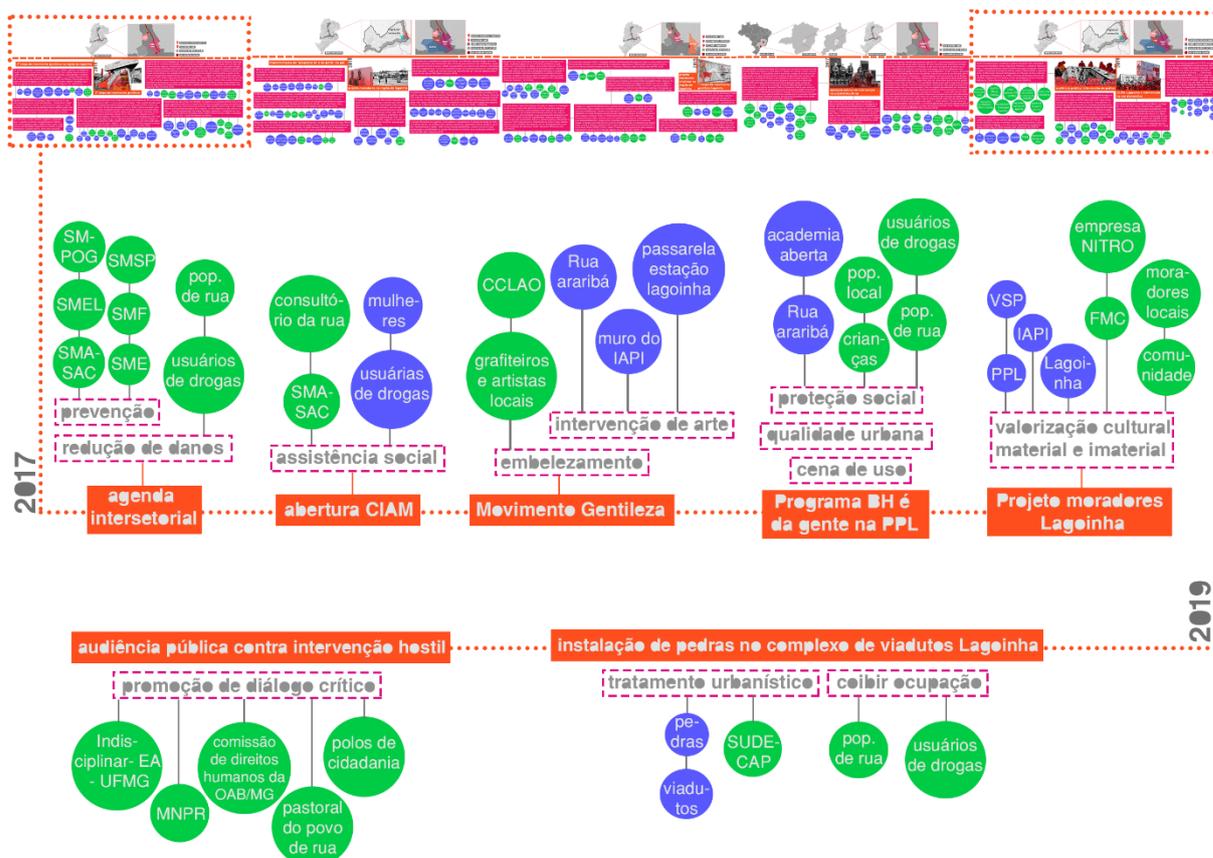


Figura 06 - Cartografia das Controvérsias na região Lagoinha em recorte temporal para os eventos: (9) intervenções urbanas articuladas pela agenda intersetorial de prevenção de drogas na Lagoinha (2017-2020); (10) intervenção das pedras – SUDECAP e audiência pública realizada como crítica ao tratamento urbanístico (2019). Fonte: BITENCOURT, 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa exposta aqui vem apontando novos desdobramentos a partir do anúncio da PBH quanto à pretensão pela realização da OUC Centro-Lagoinha. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar, especificamente o GE-Lagoinha vem participando de algumas reuniões virtuais com representantes do setor acadêmico e junto aos técnicos da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN) e da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), além das audiências públicas a fim de entender e discutir o atual plano de intervenção desenhado preliminarmente.

<sup>10</sup> Apesar do convite público para o diálogo democrático, os representantes do setor público não apareceram e a audiência contou com a participação de representantes do MNPR, Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG244, Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG, Pastoral do Povo de Rua, Pólos de Cidadania e Fórum Mineiro de Direitos Humanos, além das figuras políticas do PSOL: Pedro Patrus e Bella Gonçalves.  
Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/09/instala%C3%A7%C3%A3o-de-pedras-debaixo-de-viaduto-%C3%A9-duramente-criticada-em>>. Acesso em 05 de abril de 2021.

Portanto, também é intenção desta pesquisa manter um canal de diálogo aberto com os setores públicos e apresentar solicitações, sugestões, e acima de tudo monitorar o caráter democrático mediante os diversos interesses urbanos em jogo, especialmente dos grupos em situação de vulnerabilidade social na região de intervenção. As recentes colaborações do GE-Lagoinha nas recentes discussões quanto à OUC Centro-Lagoinha foram sintetizadas no documento “Apontamentos à reunião de Pesquisa Qualitativa para o Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha com representantes do setor técnico” que pode ser visualizado na Plataforma de Urbanismo Biopolítico: OUC Centro-Lagoinha.<sup>11</sup>

## REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Rowland; BRIDGE, Gary (orgs.). **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. Nova York, Routledge. 2005.
- CASTRIOTA, Leonardo. A urbanização perversa: considerações iniciais sobre gentrificação e patrimônio. *In*: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de; KULEMEYER, Jorge (org.). **El lado perverso del patrimonio cultural**. 1ª ed. San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy - EDIUNJU, 2017. p. 67 - 101.
- CASTRIOTA, Leonardo; ARAÚJO, Guilherme. Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI. **Arquiteturarevista**, São Leopoldo (RS), v. 5, n 1, p. 38-54, jan./jul. 2009.
- CONTI, Alfio. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o “Plano Global Específico”. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 189-216, dez. 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5 volumes.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. **Favelas em Belo Horizonte**: tendências e desafios. Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.
- JANOSCHKA, Michael et al. Gentrification in Spain and Latin America - a Critical Dialogue. **International Journal of Urban and Regional Research**. v.38, n. 4, p. 1234-1265, 2014.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
- LOPES, Marcela Silva Brandão; RENA, Natacha Silva Araújo; SÁ, Ana Isabel de. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **VIRUS**, São Carlos, n. 19, 2019.
- OLIVEIRA, Hélio Rodrigues de Jr. Daniel Medeiros De Freitas; FREITAS, Daniel Medeiros; TONUCCI. **Belo Horizonte: os impactos da copa do mundo 2014**. Belo Horizonte: Del Rey; Observatório das Metrôpoles, 2014. 200 p.

---

<sup>11</sup>Disponível em: < [http://pub.indisciplinar.com/regiao-da-lagoinha/?et\\_fb=1&PageSpeed=off](http://pub.indisciplinar.com/regiao-da-lagoinha/?et_fb=1&PageSpeed=off) >. Acesso 20 de maio de 2021.

PINHEIRO, Janaina Marx; ALVES, Josiane; CASTRO, Brenda; RENA, Natacha #NãoVaiTerNovaBH: linhas de fuga na produção da cidade neoliberal. **VIRUS**, São Carlos, n. 14, 2017.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Operação urbana consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste**: Plano Urbanístico. Caderno de textos, tabelas e figuras. 2015. Belo Horizonte.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Plano de Qualificação Urbanística Centro-Lagoinha**: Propostas Preliminares. 2021. Belo Horizonte.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier**: Gentrification and the Revanchist City. Londres: Routledge, 1996.

SILVA, Lisandra Mara. Indisciplinar entrevista Lisandra Mara [entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar a Susan Oliveira, Gabriela Bitencourt, Anderson Chagas e Natacha Rena]. **Revista Indisciplinar**, ed. 008, v. 5, nº 1, julho 2019.

SILVA, Lisandra; PEREIRA, Josemeire. O estigma do invasor na produção do espaço urbano: o caso de Belo Horizonte. In: LIBÂNIO, Clarisse; PEREIRA, Josemeire. (Org) **Periferias em rede**: experiências e perspectivas - Prosa e Poesia no Morro. 1. ed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018. v. 1. 288p.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (org.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

URBEL. Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. **Projeto Integrado da Vila Senhor dos Passos**: Volume I - Concepções, diagnóstico e síntese das propostas. Projeto Habitar Brasil/BID. Belo Horizonte: Maio, 2000.